

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.009 - SP (2020/0014576-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CENTRO DE SERVICOS FRANGO ASSADO ANHANGUERA LTDA
ADVOGADOS : MARIA ANDRÉIA FERREIRA DOS SANTOS SANTOS - SP154065
CRISTIANE TAMY TINA DE CAMPOS - SP273788
JAMILLE SOUZA COSTA - SP362528
AGRAVADO : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo CENTRO DE SERVICOS FRANGO ASSADO ANHANGUERA LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO PROCESSUAL CIVIL
EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL NÃO JUNTADA DO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (ART 41 DA LEI Nº 6830/80)
CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO CERTIDÃO
DA DÍVIDA ATIVA NOS PARÂMETROS LEGAIS.

Alega violação do art. 2º, § 5º, inciso III, e § 6º, da Lei n. 6.830/1980, no que concerne à nulidade da certidão de dívida ativa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Porém, em que pese a determinação contida no artigo 2º, § 5º, inciso III, e § 6º, da Lei 6.830/80, a Recorrida deixou de cumprir os requisitos legais e imprescindíveis à constituição e inscrição da dívida, descumprimento este que não foi verificado pelo Eg. Tribunal *a quo*.

32. Conforme pode ser verificado no demonstrativo de débito que acompanhou a petição inicial da execução fiscal, não obstante a Recorrida tenha colocado que a dívida cobrada é oriunda do auto de infração nº 363970, que deu origem ao processo administrativo nº 486210006051181, a CDA não contém a identificação da natureza do débito e o fundamento legal para a sua cobrança (fl. 142).

Aduz, ainda, a ocorrência de divergência jurisprudencial quanto a essa controvérsia.

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Observo, assim, que a Certidão de Dívida Ativa foi regularmente inscrita, apresentando os requisitos obrigatórios previstos no art. 2º, § 5º, da Lei n.º 6.830/80 e no art. 202 do Código Tributário Nacional. Uma vez que referida certidão goza da presunção de liquidez e certeza, produzindo, inclusive, o efeito de prova pré-constituída; e não tendo a apelante apresentado qualquer prova inequívoca de sua nulidade (art. 204 do CTN), merecem ser afastadas suas alegações.

A análise do título e do anexo discriminativo do débito que o acompanha demonstra que estão presentes os requisitos necessários para a regular execução (fls. 101/102).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à alegada divergência, por sua vez, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: “Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também,

Superior Tribunal de Justiça

pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente